

AS BORDAS DA PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICA: A população em situação de rua

Marcelo Kiefer¹

Resumo

Este artigo trata de um outro olhar para preservação arquitetônica, buscando em suas bordas seu questionamento e resignificação, entendendo que sua interdependência com a transformação apresenta também potencialidades para mudanças pessoais e sociais. O texto fez parte do processo de desenvolvimento da tese “Permanência, Identidade e Rearquitetura Social, outro olhar para Preservação” e foi realizado a partir da semana de troca de culturas e saberes entre população em situação de rua e o meio universitário, do Programa de Convivências realizado de 19 a 23 de julho de 2010 na E.S.E.F. (UFRGS), pelo DEDS, Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da UFRGS.

Palavras-chave: permanência, transformação social, bordas.

Abstract

This article deals with another look at architectural preservation, seeking in its borders its questioning and resignification, understanding that its interdependence with transformation also presents potentialities for personal and social changes. The text was part of the process of development of the thesis “Permanência, Identidade e Rearquitetura Social, outro olhar para Preservação” and was carried out based on the week of exchange of cultures and knowledge between the street population and the university environment, from the “Programa de Convivências”, held from July 19 to 23, 2010 at ESEF (UFRGS), organized by DEDS – Department of Education and Social Development of UFRGS.

Keywords: permanence, social transformation, edges.



Figura 1 - Morador em situação de rua e seu carrinho em Porto Alegre, Brasil.
Fonte: Registrada pelo autor.

Introdução

Este artigo baseia-se nas observações, relatos e discussões realizadas na semana de troca de culturas e saberes entre população de situação de rua e o meio universitário (professores da UFRGS, alunos e convidados), do Programa de Convivências realizado de 19 a 23 de julho de 2010 na E.S.E.F. (UFRGS) pelo DEDS, Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O encontro foi fundamental para o desenvolvimento da tese “Permanência, identidade e rearquitetura social, outro olhar para a preservação” (KIEFER, 2013), como fonte de reflexão e ilustração para a ideia de que a preservação em arquitetura, em prática e teoria, deveria ir além do seu sentido patriarcal e mercantil, assim como de seu sentido “histórico”, que trata a preservação de forma descontínua no tempo (como se objetos arquitetônicos fossem os valores de outros tempos e não como se representassem esses valores sob o olhar do presente, influenciando o hoje e o depois). Para tanto, a ideia de patrimônio histórico foi sendo desconstruída, reconhecendo-se como fundamental nesse processo a riqueza de valores e culturas representadas no objeto arquitetônico, bem como a necessidade de pertencimento e individualidade dos sujeitos dentro de uma cultura contemporânea que é diversa e dinâmica. Intencionou-se, sob um novo olhar, que a preservação reconhecesse todos os valores e expressões culturais como uma grande estrutura interligada em diferença e repetição, e que fosse argumento e instrumento de transformação social. Os limites do “patrimônio histórico”, desenhados por colecionadores, museus, políticas e cartas patrimoniais, mesmo que não tão precisos e estáticos como aparentam, foram questionados e expandidos de diversas formas.

O caso dos moradores em situação de rua busca a expansão dos limites da preservação arquitetônica para além de uma de suas bordas, na qual a essência desse novo olhar aparece de forma desvelada e onde a argumentação deste é testada e

¹ Bolsista CAPES/FAPERGS de pós-doutorado no PROPAR/UFRGS em Preservação e Transformação social. E-mail: marcelo@kiefer.com.br

enriquecida. Cria-se, assim, um ponto de contato intenso com outras áreas de estudo e conhecimento, as quais enriquecem o trabalho de preservação e apontam para a importância do envolvimento do arquiteto com o todo social, tal como observa Bruno Kiefer (1986), compositor gaúcho (e cabe, nesta frase, considerar que, em lugar de artista, também podem e devem estar todas as outras profissões): “Eu digo sempre que o artista deve ter as raízes na terra. Mas terra no sentido amplo. Participar de todos os problemas econômicos, políticos, sociais. Conhecer o passado. Penetrar na essência das coisas através dos poetas [...]”².

Para esse outro olhar, os termos tradicionais relativos ao patrimônio histórico precisaram ser substituídos por outros termos, como é o caso do “monumento histórico”, revisto como “monumento historial”, baseando-se na figura historial utilizada por Choay (2001) para a cidade antiga, e que aparece anteriormente em Giovannoni (1931).

“Monumento” significa aquilo que faz lembrar, e “historial”, ao contrário do termo “histórico”, não isola seu significado no tempo, mas, ao contrário, admite a interdependência temporal para as significações e a importância da adaptação e das transformações para a permanência:

A definição do que é um monumento historial, do que representa valores significantes, é relativa ao sujeito, ao lugar e ao tempo, e pode ser exemplificada na afirmação de uma criança do Bairro Lomba do Pinheiro [...] que afirmou à coordenadora do Museu Comunitário do Bairro, que o patrimônio dela [...] era sua casa. Ela não se referia ao valor comercial da representação, nem de seus aspectos técnicos ou estéticos, mas à sua memória afetiva, daquilo que representava sua identidade (como repetição não idêntica) e lhe assentava o sentimento de pertencimento. (KIEFER, 2013, p. 318).

Não se trata aqui a identidade como uma repetição idêntica de valores, mas uma repetição em diferença e diferença em repetição, que, conforme Deleuze (2006), não substitui a origem, mas se apropria dela, nem opõe o diferente, ao contrário, o faz parte dessa construção.

Também não se trata aqui de uma identidade “natural”, predeterminada e inegociável, ou aquela que parece como tal e para a qual Bauman (2005) reclama a identificação, ou seja, o direito do sujeito transformar sua identidade para além daquela que é estabelecida a partir de suas origens, direito a voltar a se sentir pertencente e indivíduo – o sujeito, ativo e livre para mudá-la, sobrepondo-se às pressões do meio (BAUMAN, 2005).

As identidades são múltiplas e dinâmicas no sujeito e na sociedade, e o termo, como definição, mudou muito no decorrer de sua existência. Assim, por não tratar de uma repetição idêntica, poderia ser substituído por outro que fosse mais adequado, mas parece ainda não haver algum que exerça essa função de maneira apropriada (KIEFER, 2013).

A representatividade histórica (como registro) de um monumento historial não só é relativa como não é fundamental para determiná-lo, assim como os valores técnicos e formais do objeto. O que os torna relevantes, para essa definição, é sua relação com a significância dos valores representados que, dentro das condições de recorte que

as determinam, irão permanecer ou se transformar naturalmente ou pela ação da preservação. **A representatividade histórica pode ser reavaliada constantemente.** [...]

O fundamental para algum objeto edificado ser considerado um monumento historial, mesmo que bastante significativo, está menos relacionado com sua história e seus valores formais do que com sua participação na formação do caráter do lugar e da identidade proveniente dessa relação. [...]

Todo monumento historial faz lembrar alguém, em algum lugar, em algum momento, mesmo que não seja significativo. O monumento não tem mais um caráter “monumental” (dic. gigantesco, colossal) dado a ele **a priori**. Em sua variação de intensidade, mesmo mais significativo para um ou mais sujeitos, com “grandiosidade” ele mantém as mesmas características, apenas ressoa mais forte as frequências dos valores em permanência (que se repetem no sujeito, identidade). **Repetem-se de forma não idêntica, apesar da denominação.** [...]

A partir daí, temos uma relação maior de novos monumentos históricos do que nos entendimentos de preservação anteriores, mais dinamicidade e “bordas” indefinidas entre eles. Para inventariá-los, seria necessário entender todas as relações humanas de identidade (relativizar algo que é sensível) e congelar o tempo, pois os lugares estão em constante transformação e as identidades são dinâmicas. Ainda assim, com esse recorte, teríamos a deformação do “recortante” e uma estrutura complexa de se ler. A preservação é uma tarefa para a coletividade, principalmente quando se valoriza a diversidade humana, seus valores e representações. [...]

[...] Dentro da dinâmica intensidade e conexões dos valores em uma estrutura caleidoscópica, mesmo que um monumento historial tenha pequena representatividade, ele acaba por interferir e constituir, de forma mais ou menos efetiva, o caráter da cidade, contribuindo, inclusive, como referência e objeto de trabalho de técnicos, como arquitetos, com as identidades das pessoas (como argumento de projeto), ou seja, um ponto estratégico para a preservação (ação intencional sobre as permanências e transformações baseada nos sentimentos de pertencimento e individualidade). **Todos os sujeitos ficam conectados pelas identidades e suas representações em diferentes graus de intensidade e frequência.** (KIEFER, 2013, p. 318-321, grifo posterior).

É também importante destacar que, para esse outro olhar de preservação, o conjunto de monumentos históricos, devido ao sentido patriarcal e mercantil e aos signos que esses termos representam, não é considerado “Patrimônio” nem é tratado a priori como um bem.

² Frase presente na contracapa do disco Colóquio, em vinil, de 1986.

O Evento

“O morador em situação de rua aprende a viver com o mínimo!”, disse um dos convidados³ logo no início da conversa em grupo no primeiro dia. O ex-morador de rua, que atualmente trabalha como vigia, também se referiu à divisão desse mínimo com seus companheiros de albergue e do orgulho de aprender a fazê-la, seja de frutas ou cigarros: “Eu me sentiria mal de comer um saco de bergamotas sozinho na frente dos outros”.

Em outros relatos, os moradores comentaram sobre os pertences que carregam consigo, como roupas e objetos pessoais, mas que frequentemente são roubados ou “apreendidos” pela polícia, na tentativa vã de retirá-los das ruas, principalmente de lugares visíveis e valorizados da cidade.

Considerando essa condição extrema de pobreza e abandono, esses homens e mulheres teriam algum monumento historial? Quais são os valores em permanência dessas pessoas – que vivem com o mínimo e aprendem a conviver com o desapego – e quais as representações que podem servir como referência para a reconstrução das suas identidades e o trabalho com seus sentimentos de pertencimento e individualidade? E, por fim, a partir do reconhecimento de monumentos históricos, o que seria possível fazer com esse entendimento?

No decorrer da semana do encontro, a cada dia ficou mais evidente a heterogeneidade dos moradores em situação de rua. Para começar, os motivos que desencadeiam sua ida para as ruas são diversos: drogas, desavenças familiares, doenças mentais, desemprego, depressão e outros tantos. Por vezes, há associação de mais de um deles. Mas as diferenças não param nas origens da condição de morador em situação de rua; há moradores, por exemplo, que são sozinhos ou cortaram os laços familiares, mas também há aqueles que mantêm contato com a família. Há muitos que trabalham, há os que trabalham e usam drogas, há os que não trabalham e os que não trabalham e usam drogas. Há homens, mulheres, homossexuais, transexuais, jovens, velhos, os que pedem ajuda, os que aceitam ajuda e os que não a querem. Há os que comem todos os dias, os que passam frio, os que são agredidos e os que não têm medo. Há os que se fixam em algum lugar e os que estão em movimento constante. Há os que sonham e os que nem conseguem um canto para dormir.

Os monumentos históricos, por sua vez, representam essa diversidade que está ligada à trajetória e às identidades dos sujeitos (de todos os sujeitos), incluindo também os moradores em situação de rua. É como uma estrutura de múltiplas relações (relações caleidoscópicas) que conecta todos os sujeitos⁴. Assim como as identidades (que se dão em repetição e diferença) (DELEUZE, 2006), esses monumentos só podem ser definidos em quantidade e em intensidade de representação em determinado recorte de tempo-espço, mas ainda sob critérios específicos, pois as relações são complexas, contraditórias e dinâmicas.

Entre esses monumentos, podemos encontrar elementos que são comuns a todos, a alguns sujeitos, ou referentes a um indivíduo apenas. Para os moradores em situação de rua, isso não é diferente; porém, no caso específico, a condição de extrema precariedade, a ausência de bens materiais, o abandono e a desvalorização pessoal

³ Os nomes dos moradores foram preservados por sua própria solicitação. Ainda que a história de um possa representar a de muitos outros, e que esse fato seja, talvez, o aspecto mais relevante para essa construção teórica, não importando a personalização, identificar os atores poderia estabelecer maior empatia do leitor com os sujeitos e suas causas e com a importância desta abordagem.

⁴ Como em Negri (2000).

dificultam o reconhecimento dessas representações, que permanecem sufocadas pelos problemas e pelas discontinuidades, tanto das relações pessoais como do meio físico (ao se buscar esse reconhecimento, todavia, mais evidentes se tornam os argumentos desta proposta de preservação). Para a sociedade, o morador em situação de rua, aparentemente, não tem nada, não é ninguém, não tem história, não tem raízes, não pertence a lugar nenhum. Mas isso não pode ser aceito como verdade, pois todos têm histórias, identidades, valores e, portanto, têm seus monumentos históricos, estão conectados às redes humanas – e àquilo que nos define como sociedade.

Os moradores têm certa noção da existência de valores representados, sejam materiais ou imateriais, mesmo que não percebida da maneira aqui conceituada, e que não seja, em geral, consciente. Se perguntarmos objetivamente aos moradores em situação de rua sobre seus valores e monumentos históricos, talvez digam que não existe nenhum, pois mal se reconhecem como sujeitos (influenciados pelo sentimento de exclusão de que também se apropriam e desenvolvem), mas por meio de seus relatos podemos reconhecer suas identidades e representações.

Em termos de arquitetura, o monumento historial mais comum é a cidade e o que nela é acessível. Poucos vivem mais a cidade do que os moradores em situação de rua, e, nessa relação, se consomem certas apropriações que, a despeito das boas ou más lembranças e experiências, despertam o sentimento de pertencimento a um lugar e a um modo de vida. Conforme isso é percebido, poderá ser utilizado como motivação para a construção de uma realidade com mais qualidade de vida (o que não significa enquadrar o morador em regras sociais, como colocá-lo em uma casa, mas sim promover seu reconhecimento e valorização, agregando suas identidades na construção social, oportunizando para que o sujeito se desenvolva participante). O monumento histórico pode ser ainda o albergue, a casa de passagem e também as moradas do homem que se antecipam à casa, como chamou a atenção o Professor Fernando Fuão em sua fala na manhã da quinta-feira do encontro; ou seja, o próprio corpo do sujeito, uma morada indissociável, e suas vestes. O monumento historial ainda pode ser um amigo, uma história, um fato, esse encontro ou qualquer outra coisa que seja representativa dos valores que constroem o sujeito.

No primeiro dia do encontro, certo morador em situação de rua relatou ter perdido os pais, motivo pelo qual foi para a rua. A vida perdera o sentido e ele se sentia desamparado emocionalmente. No entanto, no momento seguinte, o mesmo homem afirma com convicção que convive bem com todos os moradores em situação de rua com quem se relaciona. Com orgulho, diz ter muitos amigos. Na rua parece encontrar o amparo emocional que lhe faltou. Essa socialização, certamente, contribui para mantê-lo vivo e na rua, e para que tenha se encontrado nesse modo de vida, motivando-o a participar da semana de troca de culturas e saberes e contar sua história.

Esse relato é paradigmático e nos leva a algumas reflexões. A primeira delas é que morar na rua passou a fazer parte da sua identidade (aí estão presentes muitos monumentos históricos). Esse é um aspecto que deve ser entendido e considerado quando se pretende propor ações que visem à melhora da condição de vida dos moradores em situação de rua. É fundamental que as transformações reforcem algumas permanências significativas (ao mesmo tempo em que outras podem ganhar significância) para que se tornem legítimas e proporcionem os efeitos desejados. Além do mais, há homens e mulheres que se adaptaram melhor ao modo de vida das ruas, mesmo que seja sofrido, por encontrar algum alento nessa condição ou não se adaptar às regras sociais contemporâneas que se impõem. Embora não apareça de forma objetiva em pesquisas realizadas, o modo e as condições para morar e trabalhar, além de como se dão as relações pessoais e os valores cultivados, levam muitas pessoas a procurar as ruas.

Mesmo vivendo nas ruas e, muitas vezes, mais adaptados a elas do que à sua vida antiga, os moradores também reproduzem os mesmos valores da sociedade da qual se excluem e são excluídos, afinal, nasceram e cresceram inseridos nesse contexto. Isso faz com que o morador de rua desenvolva preconceito com o seu próprio modo de vida, que se veja como alguém excluído, dificultando sua aceitação e as transformações que poderiam melhorar sua autoestima e qualidade de vida (seja consolidando alternativas aos modos comuns e aceitos de viver, ampliando-os, seja se readaptando a eles).

Há, no entanto, aqueles que não estão à vontade nas ruas e pensam em mudar de modo de vida. São mais adaptados às regras sociais vigentes, apesar das condições de segregação, e gostariam ou procuram deixar para trás os problemas que os levaram para as ruas. Esse é o caso de outro morador em situação de rua, que, no último dia do encontro, em particular, conversou sobre a sua situação. Garçom em uma conhecida lancheria de Porto Alegre, trabalhava à noite e, segundo ele, por problemas com a namorada, passou a se drogar. Insatisfeita com as atitudes do filho, sua mãe o expulsou de casa, quando passou a morar na rua, ainda vivendo como toxicômano. Com o tempo, conseguiu superar o vício e hoje faz trabalhos como servente de obra. Tem boas expectativas e espera logo dispor de algum lugar para morar a custo do seu próprio trabalho. Como muitos que enfrentam graves dificuldades na vida pessoal, teve uma infância conturbada, com violência doméstica. O pai agredia a mãe a ponto de tê-la ferido à bala certo dia. No entanto, ele se identifica com uma vida de trabalhador, com casa e família tradicional, vê a rua como algo que é temporário – ou como algo que assim deveria ser.

Dentro da heterogeneidade dos moradores em situação de rua, cada um tem sua própria consciência dos valores sobre os quais eles se constroem e com os quais se identificam, representados por seus “monumentos históricos”. Também é diversa a postura quanto ao que fazer com esses valores.

Assim, apesar de, na semana do encontro realizado, grande parte desses moradores estar envolvida com movimentos que lutam pelos seus “interesses”, inclusive representando outros moradores, os desentendimentos e brigas se tornam constantes, o que aumenta as dificuldades das lutas e de obtenção de conquistas efetivas.

Alguns entendem que são demoradas e desnecessárias mudanças mais profundas (outros nem se dão conta) e esperam apenas uma oportunidade, uma forma direta, para reverter seu desfavorecimento pessoal ou da sua gente. Em uma situação privilegiada, é possível que repetissem as mesmas atitudes da fórmula perversa de exclusão da nossa sociedade, que hoje são imputadas aos chamados de poderosos. Isso aconteceria mesmo que se mantivessem solidários aos que ainda vivessem marginalizados, pois, além de os valores da sociedade se refletirem em todos, mesmo naqueles que não se adaptam a ela, ainda, de forma geral, há o desinteresse pelo aprofundamento crítico. A inclusão social dos moradores em condição de rua só ocorre de forma sólida quando os valores estruturais da sociedade são criticamente revistos e repensados, possibilitando melhor qualidade de vida e espaço para que os moradores em situação de rua hoje vivam seus valores, na rua ou não, com o mesmo respeito voltado aos demais membros da sociedade. Em uma sociedade organizada sob outros valores, muitos motivos que levam o sujeito às ruas não se concretizariam ou não seriam suficientes para tal. Condições emocionais, financeiras e mesmo de assistência clínica poderiam proporcionar ao sujeito individualidade e pertencimento.

Outros movimentos de moradores em situação de rua buscam transformações mais profundas, mas reforçam a condição marginalizada que envolve suas identidades. Os valores sociais de exclusão, intrínsecos a todos, fazem com que o morador potencialize o sentimento de fracassado, de sem valores, no momento da busca pela inclusão. É

como se, quanto mais degradada for a sua existência, maior o seu direito de lutar e exigir mudanças. Ao mesmo tempo, esquecem a heterogeneidade que há entre os moradores. As proposições apresentadas nesses movimentos tratam os problemas de cada um de forma generalizada, colocando os próprios moradores na defensiva, acuados, prontos para refutar qualquer mudança real, com medo de serem enganados ou de terem dificuldades ou insatisfação com novas regras. As mudanças almejadas acabam não sendo profundas, pois os modos de vida alternativos são esquecidos. Predominam, ainda, os valores tradicionais.

Sem perceber, entre os que reforçam o estigma de morador de rua (e esse conceito é reforçado pelo discurso do Sr. Luiz, morador da vila Chocolateiro, líder comunitário e convidado do encontro), estão aqueles mais envolvidos e convictos, criticados por outros moradores como sendo “os de fala bonita”, geralmente incrédulos e menos envolvidos. Uma das explicações para essa situação de “areia movediça” é a de que quanto mais se tenta sair de uma situação desfavorável, mais distantes ficam as mudanças, que podem ser a busca inconsciente de modelos externos e ideologias ultrapassadas (e dessa busca nem mesmo o Sr. Luiz, de trabalho reconhecido com os moradores da vila, escapa) que não observam a complexidade dos indivíduos, a pluralidade dos moradores e as identidades que já lhes pertencem. Assim, batem de frente com a realidade instalada ou obrigam os moradores em situação de rua a se (re) adaptarem a uma situação que não lhes basta, alheia às vontades e necessidades de cada um.

Há também alguns moradores que não reconhecem em si a vontade de mudar, não se envolvem, não lutam. Tampouco têm, como os outros, consciência sobre seus valores, pouco sabem sobre o que querem e o que precisam, quando muito sabem o que não querem. Há ainda aqueles que esperam mudanças, mas entendem que tudo é externo a eles, e que a ação deve vir somente de políticas públicas e da sociedade. Esperam que o contexto que os tornou excluídos seja o mesmo a lhes tornar incluídos e, assim, aguardam impacientes e intolerantemente essa desforra.

De forma geral, o “dar-se conta” sobre as identidades que constroem cada um, pela própria realidade instalada, é muito pequeno, assim como a autoestima. Como sugere o Sr. Luiz, que participou das conversas no primeiro dia, para saber o que se quer e o que se precisa é necessário fazer uma desconstrução pessoal. Para se encontrar os monumentos históricos, seja do indivíduo ou do coletivo, o processo também passa por aí; é uma conquista pessoal que pode ser auxiliada por fatores externos, diretos e indiretos. Nesse processo de desconstrução, o reconhecimento dos monumentos históricos e das identidades que eles representam abre a percepção para aquilo que se quer como permanência. As transformações, por sua vez, terão o papel de reforçá-las nessa construção, e poderão levar a caminhos de maior dignidade e bem-estar, estando o sujeito legitimamente ligado a essa nova fase da vida.

O envolvimento de toda a sociedade com a desconstrução e reconstrução de valores e a ação de políticas públicas também são vitais para o sucesso das transformações, desde que, de forma imprescindível, sejam respeitadas as identidades dos moradores e que haja cuidado com o equilíbrio entre o individual e o coletivo.

É verdade que a vida do morador em situação de rua raramente é fácil. Ao mesmo tempo, são muitas as causas dos problemas e variadas as soluções para a melhoria de vida e inclusão social. Porém, a dignidade e a qualidade de vida podem se desenvolver a partir da história de existência dos próprios moradores de rua; daquilo que os identifica e os constrói como sujeitos.

Figura 2 - Morador em situação de rua dormindo sobre seus pertences em Montreal, Canadá.
Fonte: Registrada pelo autor.



É preciso considerar também que a forma de vida do morador em situação de rua dificilmente terá fim, pois muitos vivem melhor nessa realidade em que as relações pessoais, de moradia e com a própria cidade são diferentes. No entanto, ela pode se transformar, sendo legitimada como uma opção de vida bem vista e relacionada com o todo da sociedade. Para isso, talvez sejam necessárias novas regras sociais que permitam diferentes formas de vida e mais respeito às diversas necessidades, vontades e liberdades de todos os integrantes dessa sociedade. Há que se buscar o equilíbrio entre indivíduos e coletividade, repensando os valores que tornam a sociedade superficial e mercantilista, em que as representações se desvirtuam e se sobrepõem aos valores que representam. Cada monumento historial, por exemplo, é apenas uma referência, uma representação pontual das permanências, do que constrói as pessoas enquanto seres humanos, e não o próprio valor. Tais transformações, que podem manter as permanências desejadas (caso haja consciência sobre elas), passam também pelas questões religiosas e familiares; pelo fato de entendermos toda a sociedade como uma grande família.

Figura 2 - Morador em situação de rua dormindo sobre seus pertences em Lisboa, Portugal.
Fonte: Registrada pelo autor.



Na prática, talvez algumas formas de lidar com a situação de moradores de rua em condições de marginalidade, de borda social, estejam ligadas a um novo entendimento de propriedade e herança, assim como ao desenvolvimento da ideia de função social da propriedade, prevista na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Ainda no sentido de pensar soluções aplicáveis à nossa realidade, pode-se considerar o estímulo do desenvolvimento local, potencializando e desenvolvendo vocações por meio do trabalho em associações e cooperativas socialmente conectadas, assim como apostar em ações que parecem óbvias, como a retomada da aproximação entre moradia e trabalho e a intensificação da relação de boa vizinhança e convivência (além de diversas outras soluções e do que possa surgir de novas reflexões).

De qualquer modo, as transformações não podem ser impostas, já que o princípio é a pluralidade e a construção do geral “de” e “para” todos. E para tornar a sociedade mais diversa em modos de vida com qualidade, a trama de transformações e permanências a ser realizada de forma consciente deve ter a participação de todos, especialmente dos próprios moradores.

De acordo com a experiência de quem vive com o mínimo, quando não se tem quase nada, se valoriza mais o que se tem (ao mesmo tempo em que se compartilha mais, como em muitos casos entre os moradores em situação de rua), e essa é a lógica dos monumentos historiais que representam essas identidades. Assim, quanto mais extrema é a condição de carências diversas do morador em situação de rua, mais lhe são significativos seus valores em permanência, que ainda assim são inúmeros e quase sempre imateriais. Mesmo a partir de uma história de vida em que pouco se quer lembrar e em que poucos são os objetos materiais de posse ou de uso, e, ainda, podendo ser muitos os problemas afetivos, há valores que constroem o sujeito historicamente, que o identificam como indivíduo e o associam a uma rede social a que todos pertencemos (sejam esses valores desejáveis ou não, que valorizem o sujeito ou correspondam aos problemas de segregação). De uma forma ou de outra, estamos sempre conectados pelas identidades, como em uma estrutura caleidoscópica, assim como se conectam os monumentos historiais.

Considerações finais

Talvez as fronteiras mais fechadas entre os seres humanos estejam delimitadas por barreiras invisíveis, como as barreiras sociais que envolvem os moradores em situação de rua e o restante da sociedade, e que são tratadas neste texto pelo olhar da preservação arquitetônica em suas bordas. Pensar na preservação com atenção ao morador em situação de rua é superá-la como “patrimônio histórico” e repensá-la constantemente em seus limites teóricos e práticos, como algo cuja finalidade é o ser humano e não os objetos arquitetônicos em si. É tratar de empatia, de hospitalidade, da sociedade que queremos. É também tratar, ainda, da arquitetura como um todo e pensá-la constantemente como preservação, pois ela lida sempre com alguma forma de preexistência, com permanência e transformação e com os valores dos sujeitos, suas necessidades de pertencimento e de individualidade.

Os exemplos do encontro apresentados desnudam a incapacidade das teorias que orbitam o conceito de “patrimônio histórico” em lidar com as identidades de todos os integrantes de sua sociedade, de forma a representá-los com enriquecimento cultural e apoio às transformações sociais. Ao mesmo tempo, corroboram a ideia de um outro olhar que desconstrua esse patrimônio histórico e expanda uma estrutura caleidoscópica de identidades e monumentos historiais que as representam. Trata-se não só de uma mudança de paradigmas, mas de outra forma de pensar e conceber a arquitetura

e a preservação, de modo a lidar com questões sociais e individuais. Esses casos relatados pelos moradores em situação de rua reforçam também a transversalidade das áreas de conhecimento e a importância de a arquitetura ser pensada dentro dessas relações, bem como a importância da arquitetura para as questões sociais. Incentivam, ainda, propostas concretas para casos que pareciam nem pertencer à arquitetura e à preservação, não, pelo menos, para o pensamento tradicional, da propriedade, do bem comercial e da superficialidade egoísta.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. *Lei 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 13 jan. 2019.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GIOVANNONI, Gustavo. *Saggi sull'architettura del Rinascimento*. Milão: Treves, 1931.

KIEFER, Bruno. Contracapa. In: *Colóquio*. Porto Alegre, 1986.

KIEFER, Marcelo. *Permanência, Identidade e Rearquitetura Social, outro olhar para Preservação*. 2013. 454 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

NEGRI, Antonio. *Kairòs, alma Venus, multitudo: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.